

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Verona Holding e Participações Societárias S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Valores correspondentes a períodos comparativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2, a Companhia adquiriu suas controladas indiretas: CBN em 28 de abril de 2021, CRA e CRC em 30 de abril de 2021. Desta forma, os saldos apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, em 31 de dezembro de 2021, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis da Companhia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – Informação suplementar

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital aberto e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de companhia, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	432	1.015
Tributos a recuperar		362	6
Despesas antecipadas		21	-
Partes Relacionadas	6	1.268	-
		<u>2.083</u>	<u>1.021</u>
Não circulante			
Partes Relacionadas	6	70.240	99.053
Investimentos	5	366.523	381.589
Intangível	7	203.187	211.887
		<u>639.950</u>	<u>692.529</u>
Total do ativo		<u>642.033</u>	<u>693.550</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			(Não auditado)
Fornecedores		56	1
Obrigações sociais e trabalhistas		782	206
Obrigações tributárias		156	92
		994	299
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		38.502	38.502
Outros passivos		10.500	10.500
		49.002	49.002
Patrimônio líquido	8		
Capital social		551.286	551.286
Reservas de lucros		40.551	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		200	200
Lucros (prejuízos) acumulados		-	92.763
		592.037	644.249
Total do passivo e patrimônio líquido		642.033	693.550

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Não auditado)
Resultado de equivalência patrimonial	(15.066)	27.796
Ganho por compra vantajosa	-	113.242
Gerais e administrativas	(17.102)	(10.746)
Resultado operacional	<u>(32.168)</u>	<u>130.293</u>
Receitas Financeiras	1.968	1.028
Despesas Financeiras	(12)	(4)
Resultado financeiro, líquido	<u>1.956</u>	<u>1.024</u>
Resultado antes dos impostos	<u>(30.212)</u>	<u>131.317</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(38.502)
(Prejuízo) lucro do exercício	<u>(30.212)</u>	<u>92.814</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os
exercícios findos em 30 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
		(Não auditado)
(Prejuízo) lucro do exercício	(30.212)	92.814
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(30.212)</u>	<u>92.814</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros a realizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020 (não-auditado)		51	-	-	(51)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	200	-	200
Aumento de capital	-	551.235	-	-	-	551.235
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	92.814	92.814
Em 31 de dezembro de 2021 (não-auditado)		551.286	-	200	92.763	644.249
Destinação para reservas	-	-	70.763	-	(70.763)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(30.212)	(30.212)
Absorção de prejuízo c/ reservas lucro	-	-	(30.212)	-	30.212	-
Em 31 de dezembro de 2022	19	551.286	40.551	200	-	592.037

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(30.212)	131.317
Ajustes		
Depreciação e amortização	8.741	5.720
Juros e variações monetárias, líquidas	(848)	1
Apropriação receita de juros	-	(921)
Resultado de Equivalência Patrimonial	15.066	(27.796)
Ganho por compra vantajosa	-	(113.242)
Resultado ajustado das operações	(7.253)	(4.921)
Variação dos ativos e passivos		
Despesas antecipadas	(21)	-
Tributos a recuperar	(356)	(6)
Fornecedores	55	(81)
Obrigações tributárias	64	88
Obrigações sociais e trabalhistas	576	206
Partes relacionadas	-	(24)
Outras obrigações	-	(8)
	(6.935)	(4.746)
Juros pagos	847	-
Caixa líquido das atividades operacionais	(6.088)	(4.746)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos realizados	-	(77.222)
Adições líquidas ao intangível	(40)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(40)	(77.222)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	27.545	1.000
Aumento de capital	-	80.222
Adiantamento para Futuro Aumento de capital recebidos	-	1.750
Dividendos pagos	(22.000)	-
	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	5.545	82.972
(Diminuição) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(583)	1.004
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.015	11
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	432	1.015

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(4)	-
Serviços de terceiros e outros operacionais	(2.041)	(2.884)
Valor adicionado bruto	(2.045)	(2.884)
 Depreciação e amortização	(8.741)	(7.386)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(10.786)	(10.270)
 Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.968	1.028
Resultado de Equivalência Patrimonial	(15.066)	27.796
Outros	-	113.242
Valor adicionado total a distribuir	(23.884)	131.796
 Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	5.430	476
Remuneração direta	5.307	443
Benefícios	123	33
Impostos, taxas e contribuições	888	38.502
Federais	888	38.502
Remuneração de capitais de terceiros	10	4
Juros	9	4
 Remuneração de capitais próprios	(30.212)	92.814
(Prejuízo) lucro do exercício	(30.212)	92.814
Valor adicionado distribuído	(23.884)	131.796

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Verona Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.235.660.905, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 08 de outubro de 2019. Posteriormente, em 16 de outubro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Verona Holding e Participações S.A. (“Companhia” ou “Verona”).

A Verona tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 28 de abril de 2021, a Verona, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CBN após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle direto da CBN.

A CBN, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRA após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle direto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “Suape” (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRC após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle direto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

1.1. Procedimentos arbitrais envolvendo as controladas

a) CBN

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, aguardando a realização de perícia de engenharia, deferida pelo Tribunal Arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

b) CRA

Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA.

Em 14 de setembro de 2022, CRA e COESA (antiga OAS) peticionaram no Procedimento Arbitral informando a celebração de acordo entre estas e, na sequência, em 18 de outubro de 2022, CRA e CNO apresentaram petição conjunta informando a realização de transação entre as Partes, bem como requerendo a extinção do feito diante dos acordos celebrados, que não representaram ônus financeiro para a CRA. Em 28 de outubro de 2022, o Tribunal Arbitral proferiu sentença homologatória, determinando a extinção do procedimento arbitral.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$).

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de março de 2023.

2.2. Critérios de consolidação

Conforme CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, a Companhia não está apresentando as demonstrações contábeis consolidadas, em linha com o permitido pela legislação societária e considerando o seguinte: i) sua controladora apresenta demonstrações contábeis consolidadas; ii) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente; III) suas demonstrações contábeis não estão arquivadas e não estão em processo de arquivamento junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ou outro órgão regulador e; iv) o controle sobre as investidas CNB, CRA e CRC é realizado de forma indireta pela Monte Rodovias S.A., controladora da Companhia, apesar da Verona ser a única acionista de todas as investidas.

Sendo assim deixamos de apresentar as demonstrações contábeis consolidadas das investidas demonstradas a seguir:

Companhias	País	Participação no capital social (%)
		31/12/2022
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Brasil	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Brasil	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	Brasil	100,00

2.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota Explicativa nº 4).

2.4. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

2.5. Partes Relacionadas

Na Companhia, o saldo de mútuos foi registrado, inicialmente, a valor justo, e mensurado, subsequentemente, ao custo amortizado, com prazo de realização superior a 12 (doze) meses e, consequentemente, classificado no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 6).

2.6. Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

2.7. Intangível

2.7.1. Infraestrutura (direito de concessão)

O valor refere-se a mais valia atribuída aos direitos de contrato quando da aquisição das controladas CBN, CRA e CRC, com base no *Purchase Price Allocation – PPA* elaborado para a combinação de negócios, sendo amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato.

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.9. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.10. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre o valor da compra vantajosa decorrente da combinação de negócios, quando da aquisição das controladas CBN, CRA e CRC.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.11. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido (Nota Explicativa nº 8).

2.12. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

- Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração estão relacionados a seguir:

a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

Anualmente, a Companhia testa eventual *impairment* de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* dos ativos não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações.

c) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A amortização do ativo intangível reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

O efeito da amortização do ativo intangível decorrente dos direitos de concessão dos contratos é reconhecido com base na vida útil remanescente dos contratos de concessão das controladas CBN, CRA e CRC, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021 (não-auditado)
Caixa e bancos	6	15
Aplicações financeiras (a)	426	1.000
Total	432	1.015

(a) O saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

5. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
CBN	266.997	275.198
CRA	64.985	70.076
CRC	34.541	36.315
Total	366.523	381.589

a) Informações acerca das investidas:

			31/12/2022			
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do período
CRC	26.150.154	100	100.924	65.772	34.522	(1.774)
CRA	141.438.908	100	294.097	229.435	64.661	(5.091)
CBN	367.759.706	100	985.538	726.589	258.949	(8.201)

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2021 (Não-auditado)	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
CBN	100%	275.198	(8.201)	266.997
CRA	100%	70.076	(5.091)	64.985
CRC	100%	36.315	(1.774)	54.541

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 71.508 (R\$ 1.268 no ativo circulante e R\$ 70.240 no ativo não circulante) decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controladora Monte Rodovias S.A., referente a emissão de debêntures simples em 05 de outubro de 2022, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única para colocação privada feita pela Monte Rodovias S.A., sendo a Companhia a única debenturista.

7. Intangível

	31/12/2022			31/12/2021
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	(Não auditado) Líquido
Intangível em infraestrutura				
Direito de concessão - mais valia	217.607	(14.461)	203.146	211.887
Obras em andamento	41	-	41	-
Total	217.648	(14.461)	203.187	211.887

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 551.286, representado por 551.286.320 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas legal e de lucros

- i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
- ii) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de reservas de lucros, que contempla a reserva de recompra de ações e de investimento, é R\$ 70.763.
- iii) Foi aprovada pela assembleia, em 28 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$ 22.000 destinados ao pagamento de dividendos

9. Eventos subsequentes

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881), em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: (i) verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e (ii) o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário.

A Administração da Companhia avaliou a decisão e não identificou efeito e possíveis impactos relevantes que, consequentemente, deveriam ser registrados e/ou relatados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

* * *